

# A demanda por equidade

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Quando colocamos, lado a lado, o debate contemporâneo sobre crescimento econômico e a noção de desenvolvimento humano, a primeira impressão que se tem é a de que pertencem a universos distintos, que não se comunicam. E como se o fim do socialismo real coincidissem com uma espécie de "vingança" de Marx: a economia finalmente reina absoluta, determina as escolhas políticas e os limites das ações sociais. O livre mercado ganha contornos de ideologia hegemônica, levando a que a competição e conseqüentemente um individualismo exacerbado, narcisístico, identifique o mundo dos valores às prescrições da eficiência.

Não podemos abandonar tais condicionantes se pretendemos ser realistas. Porém, para haver desenvolvimento que mereça a qualificação de humano, devemos ir além da lógica econômica. Se o crescimento é pré-requisito indispensável, especialmente para os países pobres, o desenvolvimento humano terá que se sustentar em valores que mostrem de que maneira o ganho econômico adquire sentido social. Como alcançar esse objetivo nem sempre é claro. Para ficar em exemplos conhecidos, sabemos que o crescimento baseado em tecnologias modernas não gera automaticamente empregos e que a adoção de formas de proteção social de caráter corporativo pode afetar a competitividade.

O problema agrava-se, ainda, em virtude da necessidade de reformular o Estado, tradicionalmente responsável pelas ações e política de *welfare*. Embora as circunstâncias econômicas induzam a transformações na dimensão do Estado e nos modos de geri-lo, é impossível abandonar o objetivo central da ação governamental moderna, que é o bem-estar dos cidadãos.

Isto vale não apenas para os países desenvolvidos: com maior razão para os países em desenvolvimento, que estão longe de ter constituído um *welfare state*. A construção de uma forma de "estado que se preocupe com o bem-estar" é uma necessidade incontornável, mesmo quando esses modelos são criticados e as utopias de solidariedade social se enfraquecem.

Outro ponto significativo é o fato de que as soluções para os problemas sociais não podem ser mais exclusivamente nacionais. O fenômeno da globalização traz limites à atuação do Estado e efeitos ambivalentes quanto às possibilidades efetivas de desenvolvimento de sociedades nacionais. Para ficar em um só exemplo, a facilidade com que se transferem fluxos de capitais pode significar, de um lado, a perspectiva de uma alocação mais eficiente de recursos em plano mundial e, de outro, a volatilidade desses fluxos pode trazer ataques especulativos a moedas, ameaçando a estabilidade econômica dos países.

Cria-se, assim, uma situação paradoxal: a demanda por equidade aumenta, até como efeito da globalização da informa-

ção, e é dirigida a um Estado que deve diminuir as suas funções e que tem menor controle sobre suas opções de política econômica.

Na realidade, a demanda por equidade é chave conceitual para passagem dos imperativos da eficiência econômica para o mundo dos valores. Essa demanda não é nova. Como resultado do impacto do iluminismo, instaurador da própria idéia de progresso humano, um dos traços da civilização ocidental tem sido essa permanente insatisfação com a situação social.

A construção da equidade, de aproximação da convivência social de padrões de igualdade de oportunidades e, para usar uma expressão gasta, de justiça social, é inerente aos ideais de progresso e alimenta utopias modernas, desde as liberais, centradas na igualdade política, às socialistas, dedicadas à igualdade socioeconômica.

Em minha opinião, a demanda por equidade, em nossos dias, ganha mais densidade, mais força e busca — nem sempre com êxito — modos institucionais de expressão.

---

## Esta é a chave conceitual para a passagem dos imperativos da eficiência econômica para o mundo dos valores

---

Na realidade, o maior problema não é tanto a articulação dos ideais de equidade. Sabemos que cada habitante do planeta deve ter acesso à educação, saúde, moradia, ao trabalho, deve ter liberdade política e condições de auto-realização. O conceito de cidadania expandiu-se e passou a incluir direitos sociais. O que muda, em nossos dias, porém, é a natureza dos agentes sociais da construção do futuro. A acumulação da riqueza não é mais tarefa privilegiada da burguesia empreendedora, já que o capital se despersonalizou e o "empresário schumpeteriano" desaparece para dar lugar aos gerentes; a participação política tornou-se complexa e não será mais a classe média a portadora exclusiva de valores democráticos, já que esses se enraizam amplamente na sociedade; a transformação social não é mais domínio exclusivo do proletariado.

Na verdade, o trabalho de dar sentido humano ao desenvolvimento passa a ser crescentemente um exercício coletivo, disperso, fragmentário, um verdadeiro composto de utopias parciais. Deixa de existir o monopólio de um grupo ou de uma classe na demanda por equidade. Acompanhando a noção moderna de cidadania, o conceito de desenvolvimento deve ampliar-se e incluir as dimensões de proteção de direitos humanos, a ecológica e a social. Exatamente pela sua complexidade, é fundamental que seja sustentada por participação ampla, de tal forma que grupos sociais variados sejam efetivamente ouvidos. A multiplicação das ONGs, o trabalho dos movimentos sociais, a renovação do sentido da representação política devem levar a que a sociedade como um todo modele o desenvolvimento, fazendo

com que o crescimento se humanize no sentido mais forte da palavra.

É esta a minha primeira conclusão: a democracia e a liberdade continuam a chave para a passagem equilibrada do crescimento ao desenvolvimento humano. A demanda por equidade se amplia, não tem mais donos privilegiados. É uma construção social ampla e, neste sentido, atendê-la é parte fundamental da construção da legitimidade moderna.

E o que está ocorrendo no plano internacional? Nos anos 60, o grande projeto dos países do Terceiro Mundo no sentido de criar uma *nova ordem econômica internacional* tentava corrigir o que seriam as raízes da desigualdade internacional. Por muitas razões, a vitória das propostas específicas de transformação da ordem ficou limitada e, hoje, a mobilização por negociações globais Norte-Sul diluiu-se. Mas, diluiu-se justamente no momento em que a economia começa se tornar efetivamente globalizada, em que se constrói uma superestrutura normativa e homogeneizadora que parece atender mais aos ideais de liberdade de fluxos e menos aos de correção de desigualdades. No plano internacional, devemos aceitar que a economia predetermine o universo de valores? A globalização é um dado da realidade econômica, mas não necessariamente um determinante de valores. É necessário orientar a globalização para que ganhe também sentido humano, que responda à demanda por equidade.

Não será, evidentemente, o caso de retornar aos ideais da década de 60. O mundo mudou. As possibilidades de mobilização se deslocaram, inclusive porque a própria capacidade de articulação do Terceiro Mundo, fundamental para compreendermos as utopias transformadoras no plano internacional, enfraqueceu-se. Mas, tampouco, se atenuaram as desigualdades.

Embora esteja ocorrendo um processo simétrico ao que se desenvolve nas sociedades nacionais, segundo o qual o espaço democrático se amplia, o papel dos Estados na comunidade internacional é o modo como conduzem as instituições multilaterais continua a ser fundamental. Ressalto, nesse particular, o importante resultado das grandes conferências temáticas da ONU que, de alguma maneira, reformulam as esperanças e expectativas dos mais pobres. O seu ideário é quase sempre impecável, mas o grande problema é de como realizá-lo, de como fazer com que passem a afetar a realidade, atenuando as desigualdades, num mundo em que os rumos são fruto de uma composição de decisões incontáveis, fragmentárias, propostas por inúmeras instâncias, privadas e pública, nacionais e transnacionais.

O maior desafio para os organismos multilaterais será, assim, o de reinventar sentido de comunidade no plano internacional e de criar um espaço de construção de relações internacionais. Não será uma tarefa fácil, pois se trata de navegar contra a corrente do individualismo exacerbado de nosso tempo.

\* Presidente da República. Este artigo foi produzido para o relatório anual sobre desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)